AO MERETÍSSIMO JUÍZO DA 4ª VARA DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO

URGENTE!!!

AGRICOLA FORTE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, e PONTO FORTE COM E REPRES DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS LTDA., já qualificadas nos autos em epígrafe, através de seus advogados *in fine* assinados, **não** se conformando, *data máxima vênia*, com o inteiro teor da r. decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial dos Requerentes, especificamente no que tange a autorização de venda dos semoventes em evidente e inegável PREJUÍZO a estes CREDORES, **vem**, respeitosamente, à ilustre presença de Vossa Excelência, com supedâneo no **art. 1022 e demais artigos aplicados ao caso**, opor os presentes

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Pugnando assim, pelo seu recebimento e acolhimento, inclusive com efeitos infringentes, pelos motivos que passa a demonstrar:

Nesses termos, pede deferimento.
Cuiabá-MT, 16 de dezembro de 2023.

VAGNER SOARES SULAS
OAB/MT 8.455

**I – DO CABIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
COM EFEITO MODIFICATIVO**

Com a prolação da decisão judicial *lato sensu* (o gênero abrange decisão interlocutória, sentença e acórdão), surgem para a(s) parte(s) efeitos jurídicos os mais diversos, seja acolhendo-se ou negando uma pretensão, seja determinando-se a prática ou abstenção de algum ato *etc.*

Exatamente por produzir efeitos jurídicos às partes envolvidas no litígio, exige-se que os pronunciamentos judiciais sejam cada vez mais claros e inteligíveis a elas, permitindo-lhes, pela simples leitura do provimento judicial, entender perfeitamente **a extensão desses efeitos**.

Nesse passo, e para o fim de tornar o pronunciamento judicial acessível a quem quer que se ponha a examiná-lo, têm os **embargos declaratórios** prestado papel de especial relevo, na medida em que se destinam a "*completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições*".

No entanto, **para além dessa função** de integração da decisão embargada, usa-se atualmente o recurso em tela com o que se convencionou chamar "**efeito infringente**" ou "**efeito modificativo**", expressões utilizadas para indicar o pedido de procedência dos embargos que conduza não apenas à complementação ou ao esclarecimento da decisão, mas também – e principalmente – **à reforma do ato judicial embargado**.

Cumprir dizer, que a infringência é mera decorrência do julgado, não ofendendo a sistemática recursal do Código de Processo Civil. "*Na verdade*" – ensina NELSON NERY JUNIOR *in* "*Código de Processo Civil Comentado*. 5. ed. São Paulo: RT, 2001, p. 1.011". – "*não haverá propriamente infringência do julgado, mas decisão nova, pois a matéria não foi objeto de consideração pela decisão embargada*".

Assim, uma vez sendo possível o manejo deste ato com efeito modificativo, passa-se na sequência a expor e requerer o que se segue:

II – DA OMISSÃO e da NECESSIDADE DE COMPLETUDE E ACLARAMENTO

Depreende-se da decisão de id. 135077779 que este d. Juízo havia determinado a SUSPENSÃO DO cumprimento do MANDADO DE ARRESTO de semoventes outrora deferido em favor destes CREDORES cujo crédito está INCONTROVERTIDAMENTE garantido por ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.

Na referida decisão este d. Juízo deixou claro que a **SUSPENSÃO** se daria em **CARATER PROVISÓRIO** e foi afirmado persistiria até que este d. Juízo munido de mais elementos, deliberasse sobre o processamento da RJ e ainda a respeito da essencialidade e da sujeição ou não do crédito aos efeitos da RJ.

Vejamos:

Lado outro, pelo que se extrai da breve análise dos autos da Ação de Título Extrajudicial c/c Pedido Liminar nº 1004651-92.2023.811.0059, a mesma está fundada em Instrumento Particular de Confissão de Dívida onde os semoventes objeto do arresto deferido foram dados em garantia - sendo necessário um exame muito mais profundo da questão para que, então, se possa aferir com mais segurança se o crédito objeto daquele feito executivo está, ou não, sujeito aos efeitos da recuperação judicial.

...

Delineado este cenário, ressaí imperiosa a adoção de medida acautelatória por este Juízo, nos termos da competência acima firmada, para que seja suspenso o cumprimento do mandado - até que este juízo, munido de mais elementos, delibere acerca do processamento do pedido de recuperação judicial, da essencialidade dos bens, e da sujeição ou não do respectivo crédito aos efeitos da recuperação judicial.

...

Finalizo consignando que a presente decisão não tem caráter definitivo - visto que já consignado, em linhas anteriores, que a ordem de suspensão deverá perdurar "até que este juízo, munido de mais elementos, delibere acerca do processamento do pedido de recuperação judicial, da essencialidade dos bens, e da sujeição ou não do respectivo crédito aos efeitos da recuperação judicial", sendo, portanto, de caráter provisório.

No entanto, por meio da decisão ora **EMBARGADA**, este d. Juízo deliberou sobre a RJ e **ACOLHEU** o pedido das Recuperandas autorizando-as a fazer a venda dos semoventes, inclusive aqueles **OBJETO DA EXECUÇÃO** e cujo crédito é garantido por alienação fiduciária **SEM QUALQUER ANÁLISE** quanto a **ESSENCIALIDADE** e **SUJEIÇÃO DO CRÉDITO** aos efeitos da RJ.

Portanto, data máxima vênia, há inegável **OMISSÃO** na r. decisão que deve ser sanada para só então ser autorizado ou não a venda dos bens em comento.

Estas **CREDORAS** são detentoras de crédito correspondente a 49.230 arrobas de boi - macho gordo garantidas por alienação fiduciária, cujo

termo de confissão de dívida e a garantia foi firmado em JULHO/2023, ou seja, apenas 04 meses antes do ingresso desta ação de RECUPERAÇÃO.

ANEXO II – DAS GARANTIAS

O presente anexo consta a relação dos bens dados em garantia, por meio de Alienação Fiduciária, pelo Devedor às Credoras, conforme tabela abaixo, assim como, o presente anexo é parte integrante do Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças de nº 0272/2023-2024. As partes o assinam em conjunto ao final.

TIPO/ESPÉCIE	QUANTIDADE	AVALIAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
ARROBAS (15kg cada) BOVINAS – MACHO – BOI GORDO.	49.230 (quarenta e nove mil, duzentos e trinta) arrobas.	R\$ 195,00 (cento e noventa e cinco reais).	Mat. 2987 e 2978 – 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica – Estado do Mato Grosso.

Confresa – MT, 07 de julho de 2023.

ZAERCIO FAGUNDES
GOUVEIA:75839296
600

Assinado de forma digital por
ZAERCIO FAGUNDES
GOUVEIA:75839296600
Dados: 2023.07.11 11:56:17 -03'00'

O pedido de venda deferido indubitavelmente leva a crer que a presente Recuperação nada mais é do que manobra para possibilitar a venda desses ativos e o esvaziamento dos bens lesando assim os credores, o que não pode ser permitido por este d. Juízo.

Não antes da análise das questões acima pontuadas e que foram categoricamente elencadas por este próprio Juízo como necessárias.

Desta feita, padece de omissão a r. decisão que autorizou a VENDA dos semoventes sem antes analisar as questões imprescindíveis e que são plenamente capazes de infirmar a conclusão adotada, tudo nos termos dos arts. 1.022, II e § único, II e art. 489, § 1º, II e IV do NCPC, abaixo transcritos:

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I – esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II – suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

Parágrafo único. Considera-se OMISSA a decisão que:

II – incorra em qualquer das condutas descritas no **art. 489, § 1º**.

Art. 489. São elementos essenciais da sentença:

§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

Necessário se faz ainda, por oportuno, ponderar que o E. STJ já pacificou o entendimento que bens garantidos por alienação fiduciária não se submetem ao processo de Recuperação Judicial e mais que isso, que não se tem como ESSENCIAL os semoventes, ainda mais aqueles tidos como bois gordos, prontos para o abate e que são garantia de crédito protegido por alienação fiduciária.

Sobre a conceituação do que vem a ser bem de capital, **por ora**, existe precedente do STJ no REsp 1.758.746/GO da lavra do Min. Bellizze, cuja ementa segue assim transcrita, *verbis*:

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO DE CRÉDITO/RECEBÍVEIS EM GARANTIA FIDUCIÁRIA A EMPRÉSTIMO TOMADO PELA EMPRESA DEVEDORA. RETENÇÃO DO CRÉDITO CEDIDO FIDUCIARIAMENTE PELO JUÍZO RECUPERACIONAL, POR REPUTAR QUE O ALUDIDO BEM É ESSENCIAL AO FUNCIONAMENTO DA EMPRESA, COMPREENDENDO-SE, REFLEXAMENTE, QUE SE TRATARIA DE BEM DE CAPITAL, NA DICÇÃO DO § 3º, IN FINE, DO ART. 49 DA LEI N. 11.101/2005. IMPOSSIBILIDADE. DEFINIÇÃO, PELO STJ, DA ABRANGÊNCIA DO TERMO "BEM DE CAPITAL". NECESSIDADE. TRAVA BANCÁRIA RESTABELECIDADA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A lei 11.101/2005, embora tenha excluído expressamente dos efeitos da recuperação judicial o crédito de titular da posição de proprietário fiduciário de bens imóveis ou móveis, acentuou que os "bens de capital", objeto de garantia fiduciária, essenciais ao desenvolvimento da atividade empresarial, permaneceriam na posse da recuperanda durante o stay period. 1.1 A conceituação de "bem de capital", referido na parte final do § 3º do art. 49 da LRF, inclusive como pressuposto lógico ao subsequente juízo de essencialidade, há de ser objetiva. Para esse propósito, deve-se inferir, de modo objetivo, a abrangência do termo "bem de capital", conferindo-se-lhe interpretação sistemática que, a um só tempo, atenda aos ditames da lei de regência e não descaracterize ou esvazie a garantia fiduciária que recai sobre o "bem de capital", que se encontra provisoriamente na posse da recuperanda.

2. De seu teor infere-se que o bem, para se caracterizar como bem de capital, deve utilizado no processo produtivo da empresa, já que necessário ao exercício da atividade econômica exercida pelo empresário. Constata-se, ainda, que o bem, para tal categorização, há de se encontrar na posse da recuperanda, porquanto, como visto, utilizado em seu processo produtivo. Do contrário, aliás, afigurar-se-ia de todo impróprio - e na lei não há dizeres inúteis - falar em "retenção" ou "proibição de retirada". Por fim, ainda para efeito de identificação do "bem de capital" referido no preceito legal, não se pode atribuir tal qualidade a um bem, cuja utilização signifique o próprio esvaziamento da garantia fiduciária. Isso porque, ao final do stay period, o bem deverá ser restituído ao proprietário, o credor fiduciário.

3. A partir da própria natureza do direito creditício sobre o qual recai a garantia fiduciária - bem incorpóreo e fungível, por excelência -, não há como compreendê-lo como bem de capital, utilizado materialmente no processo produtivo da empresa.

4. Por meio da cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis ou de títulos de crédito (em que se transfere a propriedade resolúvel do direito creditício, representado, no último caso, pelo título - bem móvel incorpóreo e fungível, por natureza), o devedor fiduciante, a partir da contratação, cede "seus recebíveis" à instituição financeira (credor fiduciário), como garantia ao mútuo bancário, que, inclusive, poderá apoderar-se diretamente do crédito ou receber o correlato pagamento diretamente do terceiro (devedor do devedor fiduciante). Nesse contexto, como se constata, o crédito, cedido fiduciariamente, nem sequer se encontra na posse da recuperanda, afigurando-se de todo imprópria a intervenção judicial para esse propósito (liberação da trava bancária).

5. A exigência legal de restituição do bem ao credor fiduciário, ao final do stay period, encontrar-se-ia absolutamente frustrada, caso se pudesse conceber o crédito, cedido fiduciariamente, como sendo "bem de capital". Isso porque a utilização do crédito garantido fiduciariamente, independentemente da finalidade (angariar fundos, pagamento de despesas, pagamento de credores submetidos ou não à recuperação judicial, etc), além de desvirtuar a própria finalidade dos "bens de capital", fulmina por completo a própria garantia fiduciária, chancelando, em última análise, a burla ao comando legal que, de modo expresso, exclui o credor, titular da propriedade fiduciária, dos efeitos da recuperação judicial.

6. Para efeito de aplicação do § 3º do art. 49, "bem de capital", ali referido, há de ser compreendido como o bem, utilizado no processo produtivo da empresa recuperanda, cujas características essenciais são: bem corpóreo (móvel ou imóvel), que se encontra na posse direta do devedor, e, sobretudo, que não seja perecível nem consumível, de modo que possa ser entregue ao titular da propriedade fiduciária, caso persista a inadimplência, ao final do stay period.

6.1 A partir de tal conceituação, pode-se concluir, in casu, não se estar diante de bem de capital, circunstância que, por expressa disposição legal, não autoriza o Juízo da recuperação judicial obstar que o credor fiduciário satisfaça seu crédito diretamente com os devedores da recuperanda, no caso, por meio da denominada trava bancária.

7. Recurso especial provido.

(REsp 1758746/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018)

Entendimento diferente seria se as Recuperandas fossem apenas pecuaristas de CRIA e a garantia fosse as vacas. Mas no caso, as Recuperandas fazem a ENGORDA e a conseqüente VENDA desses bois que assim, precisam invariavelmente serem substituídos por bezerros ou garrotes que demoram em torno de mais 12 ou 24 meses para ficarem prontos para o abate novamente.

Depreende-se da FICHA obtida pelo perito junto ao INDEA, que as Recuperandas possuem hoje, cerca de 14.655 cabeças de MACHO que poderiam ser classificados como bois gordos, sendo apenas 4.021 cabeças de MACHOS acima de 25 meses e que, à grosso modo, estariam prontos para o abate e cadastrados no SISBOV.

Portanto, dessas 4021 cabeças, se considerado um boi de 18 arrobas, estas CREDORAS são detentoras de 2.735 cabeças por força de contrato garantido por alienação fiduciária e que, portanto, NÃO PODERIAM ser VENDIDAS ou, deveriam ser prontamente depositadas às CREDORAS ou ainda,

se autorizada a venda, pelo menos o valor correspondente ao crédito dessas CREDORAS não poderia ser levantado em qualquer hipótese ou ser passível de substituição de garantia enquanto não analisadas todas as questões pertinentes, em especial se o crédito destas CREDORAS se submetem ou não a Recuperação Judicial, o que como já dito, está pacificado e positivado na letra da lei de regência.

Outrossim, além da OMISSÃO, a r. decisão necessita, com o devido respeito, ser melhor ACLARADA, pois, além de ter autorizado a venda de semoventes, não foi feita qualquer individualização do que poderia ou não ser vendido (macho – fêmea – vaca – bezerros – boi para abate), enfim e nem de que forma se daria o acompanhamento pelos credores e ou pelo administrador judicial e nem mesmo se a venda por determinado valor teria que ser autorizada previamente, o que impede um efetivo controle dos atos de esvaziamento patrimonial pelas Recuperandas e ainda fere de morte o direito que assiste a estas CREDORAS.

Por fim, urge ressaltar ainda que na última quarta-feira estas CREDORAS receberam mensagens de vários transportadores na região alertando que estariam sendo contratados para transportar várias cabeças de BOI GORDO da fazenda das Recuperandas até um frigorífico em COLIDER e que apesar de se tratarem de BOIS de propriedade das Recuperandas e serem embarcados em seu curral, como forma de burlar a fiscalização e denúncia pelos credores, as NOTAS DE VENDA e os GTAS estariam sendo emitidos pelo vizinho – Sr. RICARDO PALMEIRA, o que reclamada seja determinado ao SISBOV que informe se houve algum abate após o ingresso da presente ação, bem como ao INDEA para que informe se foram emitidas NOTAS e GTAs desse vizinho e que seja autorizado ainda, a CONTAGEM do gado fisicamente pelas CREDORAS em conjunto com o ADMINISTRADOR JUDICIAL para comprovar as denúncias recebidas, devendo ser de ante mão, suspensa a autorização de emissão de NF e de GTA pelo INDEA dos MACHOS acima de 13 meses até que seja decidido por este d. Juízo a respeito dos pontos colocados e que reclamam análise.

III – DO PEDIDO

Desta feita, sendo cabível os presentes EMBARGOS DE DELCARAÇÃO com amparo nas disposições acima, requer-se, com a devida vênia, se digne este d. Juízo, em acolhê-los e, por conseguinte:

1. Reconhecer ter havido omissão e ainda obscuridade na r. decisão embargada e o risco da irreversibilidade e o esvaziamento patrimonial, mormente em relação aos semoventes que garantem o crédito destas CREDORAS por meio de ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA;
2. Analisar ato contínuo a respeito da essencialidade dos semoventes que garantem o crédito por meio de alienação fiduciária;

3. Analisar se o crédito destas CREDORAS se submete aos efeitos da presente Recuperação, uma vez que está pacificado perante as instancias superiores que crédito garantido por alienação fiduciária não se submete aos efeitos da RJ;
4. Definir quais semoventes podem ser vendidos (macho – fêmea – vaca – bezerros – boi para abate - idade), que forma se daria o acompanhamento pelos credores e ou pelo administrador judicial em relação as vendas, por qual valor e com autorização prévia, sob pena de se impedir o efetivo controle dos atos de esvaziamento patrimonial pelas Recuperandas;
5. Determinar ao SISBOV que informe se houve abate pelas Recuperandas de algum animal após o ingresso desta RJ e ao INDEA para que informe se foram emitidas NOTAS e GTAs em nome do Sr. RICARDO PALMEIRA para algum frigorífico recentemente e que seja autorizada ainda, a CONTAGEM do gado fisicamente pelas CREDORAS em conjunto com o ADMINISTRADOR JUDICIAL para comprovar as denúncias recebidas, devendo ser determinada ainda a suspensão da autorização de emissão de NF e de GTA pelo INDEA dos MACHOS acima de 13 meses até que seja decidido por este d. Juízo a respeito dos pontos colocados e que reclamam análise; e, por fim,
6. Deferir com base nas disposições do art. 1026, do CPC o efeito suspensivo para o cumprimento da decisão embargada e para os prazos recursais e demais medidas determinadas, mormente pela probabilidade do acolhimento dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO;

Nesses termos, pede deferimento.

Cuiabá/MT, 16 de dezembro de 2.023.

VAGNER SOARES SULLAS
OAB/MT 8.455